

GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: QUESTÕES CONCEPTUAIS E PRÁTICAS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Alexandre Martins Joca¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir as implicações, no campo das políticas públicas, decorrentes das transformações socioculturais acerca das questões de gênero e de orientação sexual. Temáticas que vêm exigindo do Estado, e conseqüentemente do(a)s governantes (agentes das políticas públicas), a adoção de concepções e práticas que respondam às demandas sociais e políticas emergentes em torno dos processos de exclusão e inclusão sociais. Toma como questão norteadora a reflexão sobre *como as políticas públicas podem viabilizar ações sociais de inclusão equitativas sem discriminações de gênero e de orientação sexual*. Como delineamento metodológico traz uma revisão conceitual bibliográfica das questões de gênero e orientação sexual seguida de uma reflexão acerca das políticas públicas, situando-as relativamente às concepções que lhe são subjacentes e às práticas que as políticas têm desenvolvido no âmbito das questões de gênero e de orientação sexual. Apresenta como uma das alternativas viáveis às políticas públicas a adoção de uma avaliação em profundidade das políticas públicas, de modo a debruçarem-se sobre as complexidades socioculturais dos sujeitos, dos contextos, das instituições.

Palavras-chave: Gênero; Orientação sexual; Políticas públicas.

GENDER AND SEXUAL ORIENTATION: CONCEPTUAL ISSUES AND PRACTICES ON PUBLIC POLICIES FOR INCLUSION

ABSTRACT

This article aims to discuss the implications, in the field of public policies, of sociocultural transformations on issues of gender and sexual orientation. Themes that require the adoption of conceptions and practices that respond to the emerging social and political demands around the processes of social exclusion and inclusion, and consequently of the governments (agents of public policies). It takes as a guiding question the reflection on how public policies can enable social inclusion actions equitable without discrimination of gender and sexual orientation. As a methodological outline, a bibliographical conceptual review of the issues of gender and sexual orientation followed by a reflection on public policies, placing them in relation to the underlying conceptions and practices that policies have developed in the field of gender and sexual orientation. It presents as one of the viable alternatives to public policies the adoption of an in-depth evaluation of public policies, in order to address the sociocultural complexities of subjects, contexts, and institutions.

Keywords: Gender; Sexual orientation; Public policy.

¹ Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva discutir as implicações, no campo das políticas públicas, decorrentes das transformações socioculturais acerca das questões de gênero e de orientação sexual. Temáticas que vêm exigindo do Estado, e conseqüentemente do(a)s governantes (agentes das políticas públicas), a adoção de concepções e práticas que respondam às demandas sociais e políticas emergentes em torno dos processos de exclusão e inclusão sociais.

Ciente da complexidade desse debate e no intuito de tornar este texto mais didático, tomo como questão norteadora a reflexão sobre *como as políticas públicas podem viabilizar ações sociais de inclusão equitativas sem discriminações de gênero e de orientação sexual*. Desse modo, busco fazer uma reflexão acerca das políticas públicas, situando-as relativamente às concepções que lhe são subjacentes e às práticas que as políticas têm desenvolvido no âmbito das questões de gênero e de orientação sexual.

Para isso, pretendo desenvolver essas reflexões a partir de dois eixos de análise: o primeiro, abordando alguns marcos legais de lutas por igualdade de direitos e inclusões sociais que influenciaram, direto e/ou indiretamente, nas políticas públicas, constituindo um caminho que parte da negação das diferenças ao seu reconhecimento de valorização das diversidades de gênero e de orientação sexual. No segundo e último eixo de análise, tomo as políticas afirmativas brasileiras das últimas décadas como objeto de reflexões, a partir da análise de suas concepções e práticas, no sentido de vislumbrar os avanços, os limites. Finalizo apresentando possibilidades de ações governamentais na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem distinções de gênero e orientação sexual.

2. CONCEPÇÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

O plano das concepções, diz respeito ao campo epistemológico, dos saberes, dos conhecimentos, da cultura. A questão aqui seria a indagação sobre: quais concepções – acerca das questões de gênero e de orientação sexual - estão subscritas nas políticas públicas de inclusão. Quais embasamentos epistemológicos (e, portanto, ideológicos e políticos) sustentam tais políticas?

No campo das questões de gênero, as mulheres, no âmbito do movimento de mulheres e do movimento feminista protagonizam os debates sociais e políticos, concomitantemente, à produções epistemológicas importantes para as discussões em curso.

A princípio, na academia, uma estratégia também foi romper com a invisibilidade da mulher na história. A atuação das mulheres na academia, no século XX, foi determinante para a produção de conhecimento sobre as mulheres e, posteriormente, sobre as relações de gênero. Na academia, estudiosas e pesquisadoras adotaram o que se chamou de “política do posicionamento” (GEORGE E. MARCUS, 1994), sob a afirmativa explícita de suas múltiplas identidades como “mulheres”, “negras”, “lésbicas” etc. Práticas etnográficas adotadas pelas feministas a procura de uma “*identidade posicionada*” (GEORGE E. MARCUS, 1994). Isso vai ao encontro da proposta de Pedro Demo (2008), de pensar a pesquisa como um fenômeno reconstrutivo e político e não apenas reprodutivo.

Da discussão sobre “a mulher” para uma perspectiva de gênero, entendido como uma categoria relacional, destaco o clássico texto “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, no qual Joan Scott (1995) aborda a categoria “gênero” como uma forma de indicar “*construções culturais (...) uma categoria imposta sobre o corpo sexuado*”.

O percurso da produção de conhecimento sobre gênero toma as díades biologia/cultura, homem/mulher, opressor/oprimido, público/privado como campos de conflitos e discussões, no intuito problematizar as desigualdades de gênero vividas pelas mulheres no decorrer da história e de culturas diversas. Algumas teorias atribuem tais desigualdades ao modelo patriarcal de família e de sociedade, outras, às hierarquias de poder e dominação, construídas no âmbito das relações de gênero. Solange Rocha lembra que foi o movimento feminista que passou a propagar hipóteses a serem questionadas: o olhar a subordinação das mulheres a partir das relações de poder implicadas nos mais diversos espaços sociais; a relação entre natureza e cultura sustentada no determinismo biológico como fonte das desigualdades sociais; a ordem patriarcal como produtora da subordinação feminina, respaldada na semelhança do poder do homem com o poder do pai no ornamento familiar.

O caminho foi a problematização dos processos de construções culturais sobre o “ser mulher” que tem como premissa a afirmativa de Simone de Beauvoir (1949) de que “não se nasce mulher! Tornar-se mulher!”, de modo a sugerir o deslocamento das discussões sobre a mulher do campo biológico para o cultural, do essencialismo biológico para o construtivismo sociocultural (as teorias da construção social), entendendo “mulher” como um conceito construído culturalmente. Nesse sentido, sobre as diferenças entre os sexos atribuídas à dimensão biológica, há apenas quatro funções biologicamente condicionadas ao sexo: a capacidade de fecundar (do macho) e as capacidades de menstruar, gestar e amamentar (da fêmea) (Monika Koss, 2004).

No entanto, afirmam não se tratar do abandono ou da negação das diferenças biológicas, mas de reconhecer que é na dimensão cultural que as desigualdades de gênero são construídas. Aqui, o termo “gênero” passa a enfatizar uma abordagem voltada ao social, rejeitando o determinismo biológico. “Não é negada a biologia, mas a ênfase é a produção cultural sobre a sexualidade e o gênero” (Guacira Lopes Louro, 1997). Nesse sentido, Judith Butler (2003) vai compreender o próprio gênero como uma “interpretação cultural do sexo”, como uma “construção cultural”.

Assim, os estudos de gênero se deslocam da perspectiva de estudos com ênfase na mulher para uma abordagem relacional, ou seja, ancorada nas relações sociais entre os gêneros. Tanto as relações vividas no âmbito do privado quanto aquelas estabelecidas nos espaços sociais do trabalho, do lazer, da política tornam-se foco dos estudos de gênero, no sentido de questionar as desigualdades impostas pelo machismo, sexismo e pela misoginia.

Uma diversidade de violências, de caráter moral, física, psicológica, são denunciadas e questionadas pelos estudos de gênero, possibilitando tanto conquistas significativas e transformações sociais, como também visualizando a resistência de obstáculos e limitações socioculturais. Maria Betânia Aviala (2001) chama a atenção para a construção de “*novos campos de direitos reprodutivos e sexuais como parte da cidadania*”. Foi no século XX que as mulheres foram ampliando a autonomia material e pessoal em relação aos homens, como exemplos, o advento do anticoncepcional, do divórcio e da participação no mercado de trabalho (Michel Bozon, 2004)

Uma das áreas que passam pelo crivo da crítica feminista é o lugar de poder ocupado hegemonicamente pela figura masculina no campo das políticas públicas, tanto no executivo quanto no legislativo. Isso porque a política tem se configurado como um espaço hegemonicamente de dominação masculina, daí, ser alvo das denúncias do machismo e das desigualdades de gênero que se instalam no interior das políticas estatais, seja na composição dos gêneros nos espaços governamentais, quando se analisam os cargos ocupados nos organogramas institucionais, seja na análise crítica às políticas implementadas pelos governos, ou à ausência delas. Para além da crítica no desenho de composição, por gênero, dos espaços governamentais, a crítica recai, também, sobre a fragilidade e/ou ausência das políticas públicas de gênero.

As concepções epistêmicas, os saberes e os processos reflexivos sobre as questões de orientação sexual versam sobre o mesmo eixo epistemológico das questões de gênero. As concepções sobre a sexualidade humana, sobre a divisão sexual (biológica e cultural), a padronização dos desejos e prazeres estão baseados no mesmo sistema de opressão. No cerne

desta discussão está o confronto entre a concepção essencialista, baseada nos aspectos biológicos, e a concepção construcionista que entende a sexualidade como um “dispositivo histórico e cultural”, com raízes fincadas na cultura ocidental cristã (Michel Foucault, 1988).

Segundo Gayle Rubin (1993), *“a divisão sexual está implicada em dois aspectos do gênero – ela cria homens e mulheres e os cria homossexuais. A supressão do componente homossexual da sexualidade humana é, como corolário, a opressão dos homossexuais e, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres”*. No mesmo sentido, *“sexismo e homofobia aparecem como duas facetas do mesmo fenômeno social”*, afirma Daniel Borrillo (2001). Ainda sobre a relação sexismo e homofobia, Jane Felipe e Alexandre Toaldo Bello (2009) observam que *“a construção da masculinidade, em especial aquela que se pretende hegemônica, se dá a partir do desprezo e da inferiorização em relação a tudo que possa parecer feminino”*. No entanto, tanto o antropólogo português Miguel Vale de Almeida (1995) quanto o historiador Fernando Seffner (2003) afirmam que pouco ou nenhum homem alcançam esse *“modelo cultural ideal de masculinidade”*.

A discussão central do campo epistemológico sobre a orientação sexual versa sobre os questionamentos em torno da “heteronormatividade compulsória” (JUDITH BUTLER, 2003) e sobre as *“pedagogias da sexualidade”*, diria Louro (2001), ou *“pedagogia dos gêneros”* segundo Berenice Bento (2006), que imprimem ao corpo sexuado a ditadura binária heteronormativa, sob o argumento de que outros arranjos sexuais são possíveis. Isto é, na defesa de uma diversidade de possibilidades de viver a sexualidade humana. Para além da heterossexualidade hegemônica, o que se convencionou chamar de “diversidade sexual”, os estudos sobre as identidades sexuais problematizam a concepção que restringe à sexualidade humana à polaridade masculinidade/feminilidade ou às relações afetivo-sexuais entre homem/mulher, entendida como possibilidade única de práticas afetivo-sexuais. Aqui, as relações entre os gêneros estão, também, no centro do debate sobre a orientação sexual. A masculinidade e a feminilidade são compreendidas como construções culturais elaboradas na esteira das práticas discursivas, performáticas sobre gênero e sexo.

O argumento da “diversidade sexual”, ou seja, da diversidade e orientação sexual, no campo das políticas identitárias, toma as diversas formas existenciais e de identidades que se amparam em comportamentos, práticas, afetividades, desejos, fantasias, nos modos diversos das relações com lidamos com o corpo. Essas questões vão além do binômio heterossexualidade/homossexualidade com construção de subcategorias que fazem da homossexualidade um campo igualmente diverso. Identidades sexuais como: gays, lésbicas,

travestis, transexuais, transgêneros, bissexuais vão surgindo com o fortalecimento das concepções pós-estruturalistas sobre os gêneros e as orientações sexuais.

Assim como as discussões de gênero - mobilizadas pelo movimento de mulheres e o movimento feminista - a ênfase dos estudos sobre a diversidade sexual, capitaneada por estudioso(a)s e por pesquisadore(a)s de gênero, como também pelo movimento LGBT, recai sobre os construtos culturais acerca da sexualidade humana, num embate entre biologia/cultura, entre sexo/gênero, entre identidade gênero e práticas sexuais. Lembrando que não há aqui uma relação direta entre identidade de gênero e orientação sexual. Isso porque, a sexualidade humana, sob o prisma da “*instabilidade*”, da “*pluralidade*” e da “*fluidéz*” (Guacira Lopes Louro, 2004), nega as amarras essencialistas que condicionam o sexo biológico aos desejos e práticas sexuais e, igualmente, condicionam o gênero biológico à identidade de gênero. Rompe, portanto, com a sequência binária e heteronormativa do “*sexo/gênero/sexualidade*” ou “*sexo/gênero/desejo*”, como prefere Butler (2003).

O sexo, nessa concepção, perde o “*caráter imutável, a-histórico e binário*”, afirma Louro (2004). A perspectiva de “*diversidade*” e da “*pluralidade*” da sexualidade humana versa sobre o argumento de que não há um modelo único de “*feminilidade*” e “*masculinidade*”, mas múltiplas formas de ser, ou melhor, de está e de vivenciar a sexualidade os desejos, os prazeres.

A teoria *Queer*, que tem a filósofa anglo-saxônica Judith Butler como expoente, questiona os mecanismos sociais baseados na binaridade de gênero e seus sistemas hierárquicos. Entre outras questões, Butler (2003) ressalta a dimensão performática do gênero, de modo a detectar seus mecanismos socioculturais: discursivos, linguísticos, simbólicos, materiais e estruturais, empreendidos sob a hegemonia da masculinidade heteronormativa. Para Berenice Bento (2006), as construções discursivas são materializadas no campo estético do corpo, dando visibilidade aos treinamentos corporais de formação dos “*hábitus de gênero*”, por meio da elaboração estética da “*aparência do gênero*”.

Essas epistemologias e esses movimentos identitários vão acionar mecanismos e demandas sociais de reorientação e criação de serviços públicos, de espaços públicos, de formação dos servidores, e criação de serviços específicos que atendam às demandas dos sujeitos que subvertem a binaridade dos gêneros e que até então estavam à margem das políticas públicas do Estado.

No campo jurídico, o reconhecimento da identidade de gênero, os mecanismos de enfrentamento à homofobia nos espaços institucionais, inclusive, nos espaços de oferta dos serviços estatais. Na educação, o desenvolvimento de espaços de formação profissional para o

trato com a diversidade sexual, numa perspectiva de inclusão da diversidade na escola e a inserção das questões de gênero e diversidade nos currículos de formação dos sujeitos. (Loyola, (2006); Toni Reis (2006); Rogério Junqueira (2009); Tatiana Lionço e Débora Diniz (2009); Alexandre Joca (2008; 2009; 2011)). As adequações corporais para aquele(a)s que o sexo biológico não corresponde à identidade de gênero, os tratamentos com hormônios, os serviços de acompanhamentos psicológicos; todos esses elementos surgiram como demandas no campo da saúde.

No entanto, considero que a demanda mais emergente toma o direito fundamental a todos e todas: o direito à vida. Isso porque a LGBTfobia vem vitimando LGBT num rastro de violências perverso. Segundo a Associação Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), o Brasil está no topo do ranque de assassinato de LGBT no mundo. A princípio, a categoria “homofobia” foi elaborada para designar os “*comportamentos de aversão e medo à homossexualidades*” (LUÍZ MOTT, 2003). Em seguida, Borrillo (2010) apresenta as principais ideias a serem discutidas e problematiza o conceito de homofobia, esclarecendo que muitos dos olhares sobre esse tipo de violência são limitados e passíveis de aprofundamento. Daniel Borrillo (2010) explica que as origens da violência homofóbica estão fixadas junto às da civilização judaico-cristã. Para ele, em grupos marcados pela dominação masculina, a homofobia organiza a vigilância de gênero. Segundo o autor, existe uma lógica binária de construção da identidade sexual em que a mulher está oposta ao homem, assim como o homossexual está ao heterossexual.

O que está em discussão nesses campos são as identidades do “ser” em confronto com uma perspectiva mais próxima do debate sobre identificações, que são múltiplas, fluidas, inconstantes e transitórias. A abordagem de Stuart Hall (1999) sobre o caráter fragmentado, ou “*descentrado*” das identidades modernas nos ajuda a compreender as facetas das múltiplas dinâmicas em torno das políticas identitárias.

Essas políticas consistem no reconhecimento de um processo de afirmação de diferenças e semelhanças, portanto, processo de identidades que se passa nas interações movidas por uma diversidade de identificações, produzindo “*o sujeito pós-moderno [...] fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas*” (STUART HALL, 1999).

Assim, no campo dos estudos sociológicos sobre diferenças, desigualdades e diversidades, a abordagem multicultural, como proposta de revisão do pensamento positivista, está fortemente presente nas atuais tendências e concepções teóricas que tratam do fenômeno da construção sociocultural da sociedade moderna. Podemos encontrar esse enfoque na

Ecologia dos saberes, de Boaventura de Sousa Santos (2003); na Teoria da Complexidade de Edgar Morin; na teoria das inteligências múltiplas de Howard Garden; as teorias da liquidez de Zigmunt Bauman (1998); nas produções foucaultianas sobre as relações de saber e poder e, especialmente, no campo da sexualidade, nas abordagens pós-estruturalistas sobre as relações de gênero, a exemplo, dos estudos de Judith Butler, e tantos outros estudos que se voltam para a análise das questões sociais baseada nos aspectos socioculturais e históricos implicados nos fenômenos sociais.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO EM GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

No início de século XXI, no campo das políticas públicas de inclusão, repressão ou promoção, podemos mencionar a Lei Maria da Penha que criminaliza a violência contra as mulheres; a legalização da União Civil entre pessoas do mesmo sexo; as diversas leis municipais e estaduais que punem estabelecimentos comerciais por homofobia, assim como a criação de uma diversidade de espaços institucionais voltados a políticas públicas específicas para mulheres e LGBT. São políticas tanto de repressão das violências, quanto de promoção, do reconhecimento e da valorização das diversidades e das diferenças.

Uma crítica pertinente a estas políticas consiste na observação dos limitados recursos financeiros destinados à viabilização das demandas. Rubens R. Sowaya (2009) aponta como um problema recente na história do desenvolvimento brasileiro, o debate sobre “*a construção de condições para a harmonização entre o crescimento econômico e a justiça distribuição dos seus proveitos*”, ou seja, o equilíbrio entre as dimensões econômica e social.

Sobre as políticas de Programas de bolsas de assistência, Maura Corcine Lopes (2009), considera que apesar das políticas públicas de inclusão afastarem a possibilidade da exclusão por invisibilidade, ao transformarem “*os excluídos invisíveis em excluídos anormais*”, elas não garantem mudanças efetivas e permanentes para a população, em uma crítica direta ao que chama de “bolsas assistencialistas”.

Os espaços institucionais voltados a estas políticas tem assumido, nas estruturas governamentais, o caráter de propagador, articulador e fomentador de políticas, nos campos tradicionais das políticas públicas, sob a perspectiva da transversalidade, deixando as secretarias, as coordenações, as coordenadorias específicas, a mercê das articulações internas dos governos, nem sempre conseguindo o êxito e a adesão dos demais agentes das políticas públicas. Outro fator preocupante seria a instabilidades desses espaços governamentais, uma vez que são políticas que ainda se constituem como políticas de governos, distantes ainda do status de políticas de Estado. Daí, na recente publicação “Margens da política: Estado, direitos

sexuais e religiões”, Marcelo Tavares Natividade (2016) , apesar de reconhecer os avanços nas políticas de reconhecimento dos direitos de LGBT, ressalta o lugar dessas políticas como “zonas de fronteiras”, onde o “acesso a direitos é sempre dúbio, em certa medida, condicional e circunstancial”, fronteiras onde *“nada é garantido. Toda conquista pode ser desfeita.”* Lembra ainda que *“os avanços no plano jurídico exigem uma presença militante forte para serem aos poucos consolidados – o que nem sempre é o caso; outra, que esta consolidação é sempre incerta, ou melhor, é sempre possível “retroceder” na afirmação da agenda de direitos”*. Estou certo que as mesmas observações de Natividade (2016), estendem-se à conquista no âmbito das políticas étnicas e de gênero. Essa é uma das críticas que Néstor García Canclini (2015) faz ao multiculturalismo ao afirmar que *“sua política de representação – a ação afirmativa – costuma gerar mais preocupação com resistência do que com as transformações estruturais”*.

No campo da gestão política, a efetivação dessas políticas públicas encontra como obstáculos a resistência de setores sociais conservadores, com representações significativas no jogo político, especialmente nos poderes legislativo e executivo. Espaços de enfrentamentos não apenas de caráter político, como também ideológico e cultural.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE POSSIBILIDADES

Penso que uma importante estratégia para reflexões e avanços produtivos sobre as políticas de inclusão pode está nas propostas elaboradas os últimos tempos sobre os processos avaliativos das políticas públicas. Nas últimas décadas, há, no âmbito dos estudos das políticas públicas, uma oposição aos modelos tradicionais de avaliação, às abordagens tradicionais. Uma crítica à adoção do caráter técnico-operativo dos modelos clássicos de análise; à sua abordagem gerencialista baseada numa concepção instrumental de avaliação (na função de medir/acompanhar/avaliar) que reduz o conhecimento a análise dos dados coletados, o que resultaria, segundo Lea Carvalho Rodrigues (2008), em uma baixa capacidade de fornecer resultados avaliativos abrangentes e aprofundados. Acredito que dificilmente o processo avaliativo de política pública que adote tais características e procedimentos consiga alcançar a complexidade sociocultural implicada na vida e nas demandas sociais das mulheres e da população LGBT.

A proposta de uma “avaliação inovadora” ou de “abordagens inovadoras”, privilegia o diálogo entre diferente perspectivas teórico-metodológicas e a valorização do contexto, afirma Lea Carvalho Rodrigues (2008; 2010). As “abordagens inovadoras”, propostas por Estudioso(a)s e pesquisadore(a)s de políticas públicas consistem no desenvolvimento de um

processo avaliativo caracterizado por ações de interesses diversos, resultante de pressões sociais, e no desenvolvimento de metodologias de avaliação menos ortodoxas. A “abordagem inovadora” baseia-se na adoção de um paradigma interpretativo, ou seja, negando a verdade absoluta e adotando a compreensão de que toda interpretação é parcial. Como afirma Geertz (1978), uma “descrição densa” na busca dos sentidos e significados da situação em estudo, que inclui os dados coletados. Propõe o estudo de situações sociais e redes sociais, a partir da integração entre a articulação e a ação e da percepção dos significados das “diferentes audiências” Raul P. Lejano (2012), ou seja, dos sujeitos envolvidos com as políticas públicas (em especial, os agentes gestore(a)s das políticas e a população para quem elas estão direcionadas). Essa forma, tal proposta consiste no que Lea Carvalho Rodrigues (2008) chama de “avaliação em profundidade”.

Nessa perspectiva, a avaliação em profundidade das políticas públicas debruça-se sobre os contextos (social, econômico, político, cultural), as análises institucionais, as relações de poder, os interesses e valores implicados e adotados. Desse modo, penso que a “avaliação inovadora” seria um importante instrumento no campo das políticas públicas de inclusão, na medida em que inclui no processo avaliativo da política a complexidade sociocultural dos sujeitos, dos contextos, das instituições, sem descartar suas subjetividades e peculiaridades, via adoção de métodos de instrumentos, de recursos e procedimentos tanto qualitativos quanto quantitativos.

Talvez, a “abordagem inovadora” vá ao encontro da perspectiva de *interculturalidade* proposta por Néstor García Canclini (2015), na obra “*Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*”. Aqui, em uma crítica severa ao multiculturalismo, Canclini (2015) propõe reflexões que compreendam que “os diferentes são o que são, em relações de negociações, conflitos e empréstimos recíprocos.” Ao discutir “*teorias sócio-culturais e os fracassos políticos*”, propõe um trabalho conceitual interdisciplinar, com ênfase nos trabalhos antropológicos, sociológicos e comunicacionais, que aproveite “*diferentes concepções teóricas, debatendo suas interseções*”. A perspectiva intercultural consideraria as diferenças e hibridismos como também “*os modos pelos quais as teorias das diferenças precisam articular-se com outras concepções das relações interculturais: aquelas que entendem a integração como desigualdade, conexão/desconexão, inclusão/exclusão*”.

Uma alternativa, no campo da vida cotidiana, é seguir a premissa foucaultiana de que se não fazemos a grande revolução, façamos, portanto, as pequenas “revoltas diárias”, de modo que pensemos então, nas possibilidades de políticas públicas de inclusão que, via “revoltas diárias”, abram caminhos rumo a “grandes revoluções”.

REFERENCIAIS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de Si*. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa/PT: Fim de Século Edições LDA, 1995.
- ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade* / Maria Betânia Ávila... (et al.). – Recife : SOS CORPO, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt O. *O mal-estar da Modernidade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1999.
- BENTO, Berenice. *A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona. Bellaterra. 2001 (ed. or.: 2000).
- _____. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. (tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira). – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Ensaio Geral, 1).
- BOZON, Michel. *Sociologia da Sexualidade*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006)*. Belo Horizonte. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 2009.
- FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. Construções de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997.
- _____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

JOCA, Alexandre Martins. *Diversidade Sexual na Escola: Um “problema” posto à mesa*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008a.

_____. A Escola e o Trato com a Sexualidade na Formação Educacional da Juventude. In: JOCA, Alexandre Martins et al. (orgs). *Respeitar as Diversidades e Combater as Desigualdades – Deus é Menino e Menina*. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso Ltda., 2008b.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador)*. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KOSS, Monika Von. *Feminino + Masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

LEJANO, Raul P. *Parâmetros para a análise de políticas: a fusão de texto e contexto*. Tradução de Letícia Heineck Andriani. Campinas/SP: Arte Escrita, 2012.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: _____; _____. *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.

LOIOLA, Luís Palhano. *Coisas Difíceis de Dizer: as manifestações homofóbica do cotidiano dos jovens*. 2001. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FACED, Universidade Federal do Ceará, 2001.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. In: *Educação e Realidade*. 34(2): 153-169, maio/agosto, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*; Petrópolis, RJ; Vozes, 1997.

_____. *Um corpo estranho: Ensaio sobre a sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARCUS, George E. O que Vem (logo) Depois do “Pós”: o Caso da Etnografia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.37, 1994.

MOTT, Luiz. *Matei porque odeio gay*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia – (Coleção Gaia Ciência), 2003.

NATIVIDADE, Marcelo. *Margens da política: Estado, direitos sexuais e religiões*. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

REIS, Toni. *Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando* / Toni Reis. – 1. Ed. – Curitiba : Appris, 2015.

RODRIGUES, Lea Carvalho. “Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais”. *AVAL- Revista Avaliação de Políticas Públicas*, no. 1, jan-jun/2008.

RODRIGUES, L. C.; RIBEIRO, M. I. S.; Munis C. R.. Metodologia qualitativa em avaliação de políticas públicas: pesquisa sobre o Pronaf em Caucaíia, Ceará ”. *AVAL- Revista Avaliação de Políticas Públicas*, n. 06, jun-dez /2010.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 1993.

SANTOS, B. de S. ***Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade, p.56.

SAWAYA, Rubens R. Os dilemas das políticas de inclusão. In: *Estudos Avançados*. 23 (65), 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade* V. 20 N. 2, Porto Alegre, 1995.

SEFFNER, Fernando. Masculinidade bissexual e violência estrutural: tentativas de compreensão, modalidades de intervenção. In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard (orgs.). *Construções da Sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS*. Rio de Janeiro: Pallas: Programa em Gênero e Sexualidade, IMS/UERJ e ABIA, 2004.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Da exclusão à Inclusão: concepções e práticas. In: *Revista Lusófona de Educação*, 13, 135-153, 2009.